

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL E A EVOLUÇÃO AGRÁRIA

Jussara MANTELLI¹

Resumo

O segmento produtivo, composto pela porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, passa constantemente por (re)arranjos de seus elementos sociais, técnico-estruturais e de produção, considerando-se relevante para a análise da organização do espaço regional, as condições físico-territoriais e o processo de ocupação estadual, relacionado às atividades agropecuárias presentes. É fundamental combinar o espaço e a sociedade, compreendendo a sua importância e a impossibilidade de isolar um aspecto do outro. O processo de ocupação pode ser considerado como elemento definidor da organização do espaço agrário e a sua evolução ao longo do tempo, depende da forma como os agricultores se inserem no mercado e como se comportam frente às mudanças inerentes ao desenvolvimento

Palavras Chave: processo de ocupação; evolução agrária; organização do espaço.

Abstract

The process of occupation of the northwestern part of Rio Grande do Sul and the agricultural development

The social, technical, structural and production elements of the productive sector of the Northwestern part of Rio Grande do Sul state are constantly been (re) arranged, considering that the physical-territorial conditions and the process of occupation of the space "sul-riograndense" are of great importance to the analysis of regional space organization. It is fundamental to combine space and society, understanding their importance and the impossibility of isolating one aspect from the other in this analysis. The occupational process can be considered as a defining element of the agricultural space organization and its evolution through the time, depends on the way the farmers are participating in the market and the way they behave themselves facing the inherent changes of the development.

Key-words: process of occupation; agricultural development; space organization.

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI – Rua do Comércio nº 3000, Bairro Universitário, CEP: 98700-000, Ijuí – RS - E-mail: mantelli@unijui.tche.br.

OCUPAÇÃO REGIONAL

A influência da natureza deve ser considerada não como fator determinante no processo de ocupação da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, mas como um dos elementos que tiveram uma participação significativa no processo de ocupação regional e no próprio desenvolvimento da agricultura ao longo do tempo, considerando os recursos e as restrições oferecidas pelo meio físico. A abordagem histórica estabelece o entendimento da organização atual do espaço agrário regional.

Em termos de bases físicas, esta área faz parte do Planalto Basáltico Meridional ou Planalto Rio-grandense. Pertence ao grande derrame de lavas eruptivas basálticas que, durante o período triássico, recobriu vastas áreas do Sul do Brasil, sendo considerado o maior em extensão já ocorrido.

As rochas derivadas das efusivas triássicas formadoras do Planalto (basaltitos, diabásios) possuem uma composição mineralógica com pequena variação e, devido à presença quase constante de óxidos de ferro, certas terras localizadas principalmente nas áreas mais elevadas, regionalmente denominadas de "lombadas", possuem uma coloração avermelhada. Ressalta-se também a presença de terras roxas, extremamente férteis, uma vez que foram mais recentemente cobertas por mata virgem e exuberante.

O Planalto Basáltico Rio-grandense é dissecado pelo Rio Uruguai e afluentes (direcionando-se no sentido Oeste-Noroeste). Hidrograficamente pertence à Bacia do Rio Uruguai. Ao longo deste componente hidrográfico, desenvolvem-se matas do tipo florestal que persistem, apesar do intenso desmatamento resultante principalmente da colonização européia e de descendentes praticada na área, cedendo lugar a culturas agrícolas. Foram poupadas e ainda são preservadas algumas áreas de difícil acesso, em virtude da excessiva declividade do terreno, e as reservas florestais.

Tanto o relevo, como as condições climáticas parecem não ter exercido influência direta sobre o povoamento inicial do território do Rio Grande do Sul. Apesar da grande variedade de condições climáticas e seus reflexos gerais na economia e na população deve-se convir segundo Bernardes (1997, p.40), que não há uma correspondência entre as mesmas e os contrastes demográficos no estado gaúcho.

As mudanças de paisagens culturais, verificadas no Estado do Rio Grande do Sul, coincidem com os limites da zona de mata com o campo. Portanto, é a borda da mata que separa áreas tão diferentes (Ver figura 1 e comparar com a figura 2).

O mapa do Rio Grande do Sul pode ser sobreposto em vários aspectos. Tomando como parâmetro, a área de mata, sobrepõe-se a coincidência de limites relacionados à alta densidade demográfica rural, ao grande número de pequenos municípios e cidades; à estrutura fundiária, com base nas pequenas e médias propriedades; a atividade agrícola, predominando em termos de área, a agricultura comercial; as áreas de topografia mais acidentada e do uso mais intensivo do solo, refletindo-se em problemas ambientais, de toda ordem.

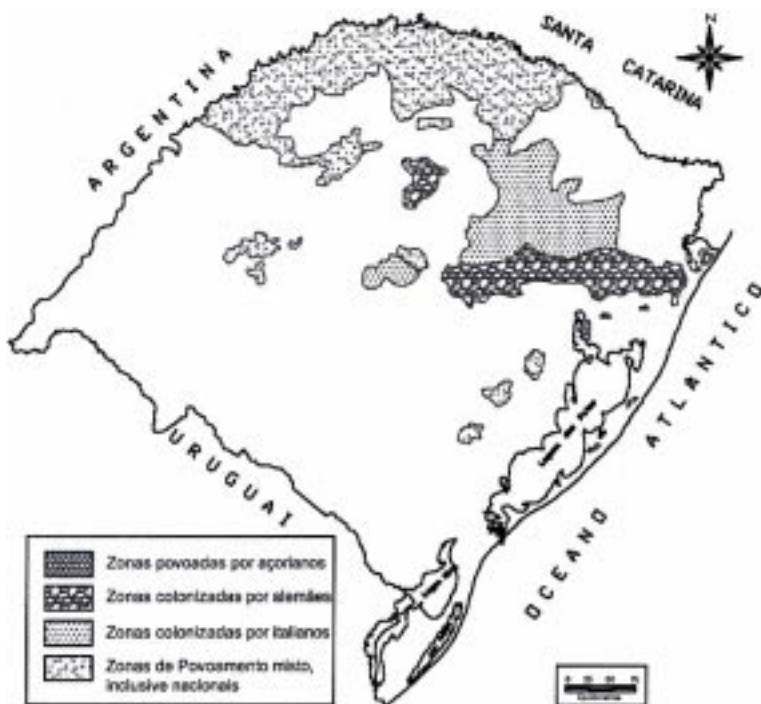
A história da ocupação associada à sua evolução permite definir/dividir o Rio Grande do Sul agrário em duas unidades com características físicas, sócio-econômicas e culturais distintas: a área de campo e a área de mata, ocupada pelos fazendeiros e colonos, respectivamente. Os primeiros fundados no sistema de sesmarias e os segundos, como resultado do processo migratório europeu.

O desmatamento e a conseqüente implantação agrícola no Rio Grande do Sul coincidem com o período de colonização. Os imigrantes, cujas principais correntes foram representadas pelos alemães em 1824 e italianos em 1875, estabeleceram-se em áreas onde se concentrava a quase totalidade de áreas arborizadas. O método

inicial utilizado para a implantação da agricultura constituía-se na derrubada das árvores, seguido de queimada.

Desde a sua ocupação definitiva², a Região Noroeste sofreu muitas transformações: o desmatamento acelerado cedeu lugar às primeiras culturas, principalmente de subsistência. Em poucas décadas, devido à superexploração, a terra já não apresentava a mesma capacidade produtiva inicial, impulsionando o agricultor a procurar outras matas para realizar a derrubada, queimada e concretizar o processo produtivo.

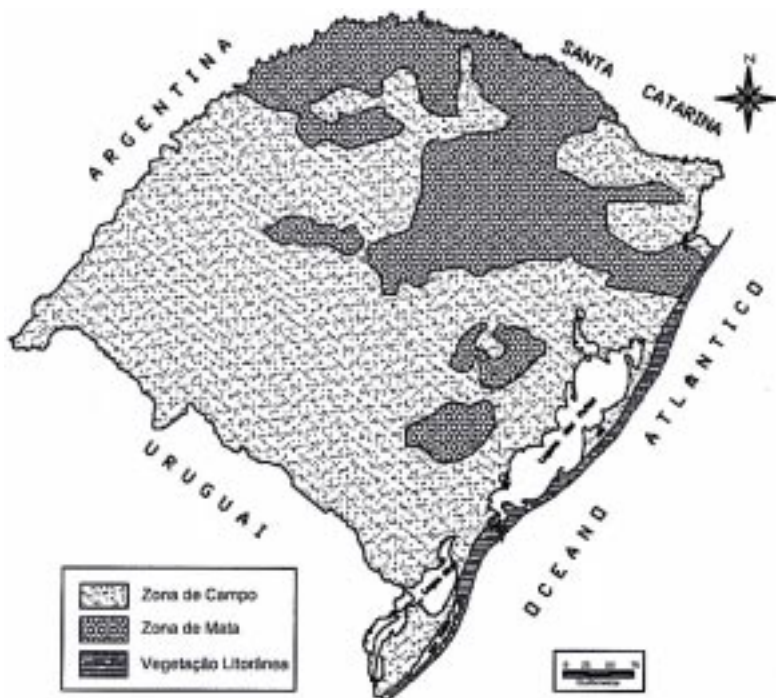
Figura 1 - Zonas de povoamento do Rio Grande do Sul



Fonte: Thomas, C. "Conquista e povoamento do RS", 1976
Adaptação: Geógrafos Jussara Mantelli e Sidnei Bon Gass

² O Rio Grande do Sul já era habitado por índios há mais de 12 mil anos, dedicados à caça e à pesca e com um insignificante desempenho na agricultura. A ocupação das matas do Alto Uruguai deu-se no início do século XVIII e hoje esta população habita os toldos indígenas situados no norte do Estado (com presença na Região Noroeste), cuja luta é conservar para a tribo o pouco de terra que ainda lhes resta e, sobretudo, a sua identidade étnica (LAZZAROTTO, 1998).

Figura 2 – Vegetação original do Rio Grande do Sul



Fonte: Secretaria da Agricultura – DGC, 1983

Adaptação: Geógrafos Jussara Mantelli e Sidnei Bon Gass

Em concordância com vários estudiosos³, salienta-se que o Rio Grande do Sul apresenta um processo de ocupação com características peculiares em relação ao restante do país. A ocupação da América pelos europeus (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses) objetivava explorar riquezas comerciais. A inexistência de tais riquezas, interessantes ao comércio das metrópoles europeias, deixou o atual estado do Rio Grande do Sul, alheio e sem despertar interesse.

A ocupação portuguesa do atual território gaúcho começou pelo litoral e teve como principal atrativo o gado, que desencadeou a formação de uma classe concentradora de terras, caracterizada pelos grandes proprietários (estancieiros), que são os ocupantes da porção meridional do Estado⁴.

Com a formação dos sete povos das missões, estruturou-se uma nova organização agrária, porém mantendo como principal atividade o gado. Além da busca ao

³ Sobre a temática ocupação do espaço, merecem destaque os estudos de Bernardes, N. (1997), com Bases Geográficas do Povoamento do RS; Roche, J. (1969), com estudos sobre a colonização estadual por alemães; e De Boni (1984), que salienta a ocupação italiana no Estado do RS.

⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a origem do latifúndio pastoril, ver Brum, A. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

gado selvagem, espalhado pelo estado, estabeleceram-se junto às reduções jesuíticas, estâncias para a criação e extração do couro que, juntamente com a produção da erva-mate, representava a base econômica, desenvolvida de forma comunitária pelos índios, sob a orientação e fiscalização dos jesuítas. Esta forma produtiva se estendeu por mais de um século, quando o Rio Grande do Sul passou a se integrar ao Brasil como fornecedor de gado para as áreas de mineração, sob várias formas (gado em pé, couro, charque).

O crescimento da produção e a valorização do charque reestruturaram o setor agrário do Rio Grande do Sul: houve uma corrida para a obtenção de sesmarias e esta atividade introduziu a mão-de-obra escrava e, internamente, formou uma classe concentradora de terras.

Diante destas considerações, pode-se referir que o Rio Grande do Sul teve sua ocupação efetivada, em um primeiro momento, na área de campo e no século XIX, passou a apresentar novas formas de organização espacial agrária, representada pela pequena produção.

Na ocupação das terras estaduais pelos estancieiros, é de relevância a consideração dos aspectos geográficos, em especial dos fitogeográficos: campos nativos na porção sul e matas ao norte.

A primeira tentativa governamental de intensificar as atividades relacionadas à agricultura, que se apresentavam carentes em função da predominância da atividade pastoril extensiva, deu-se pela vinda de famílias açorianas ao Rio Grande do Sul, em 1750. Esta corrente migratória também objetivava acelerar o adensamento da população que se encontrava com baixa densidade demográfica.

A localização desses colonos obedeceu a um critério, sobretudo estratégico, em pontos espaçados, principalmente, do caminho litorâneo. No entanto, a fixação dos açorianos também se fez em áreas de campo, o que, de certa forma, contrariava a mentalidade colonial, segundo a qual os campos não eram favoráveis à realização de atividades agrícolas.

O regime da pequena propriedade pretendido não teve o êxito esperado nas áreas em que a extensão dos campos propiciava à criação em caráter extensivo. Os colonos açorianos não demonstraram aptidões suficientes e nem receberam incentivos necessários para desenvolver práticas agrícolas; por isso, mudavam de atividade nas primeiras dificuldades apresentadas, tornando-se pescadores ou criadores de gado e, de acordo com Bernardes (1963, p.611), "os poucos que não se dispersaram para outras atividades, com facilidade conseguiram ampliar suas propriedades em apenas uma geração".

Após esta tentativa, um novo tipo de povoamento foi sendo introduzido no Rio Grande do Sul quando, em 1824, o governo imperial deu início a uma política oficial de colonização do estado, com imigrantes europeus, na intenção de fomentar o povoamento nos pontos que ainda se encontravam desabitados e inexplorados. O aparecimento dessa classe de agricultores (basicamente alemães, neste período), com dedicação à lavoura de subsistência, resultou em um fenômeno decisivo na história econômico-social do Rio Grande do Sul. Com isso, a pequena propriedade passou a representar uma forma essencial no estado, dando originalidade à sua nova fisionomia. Foi com a imigração alemã e, posteriormente, italiana, que a formação social agrícola também chamada de colonial desenvolveu características próprias e diferenciada da pecuária rio-grandense.

Devido à distribuição geográfica das colônias, os imigrantes achavam-se livres da influência quase feudal dos grandes proprietários. Com isso, "o colono imigrante vivia independente do grande proprietário, ao qual estavam submetidos os habitantes do restante do estado, cuja estrutura sócio-econômica e política se assentava em uma relação de dependência de homem a homem" (ROCHE, 1969, p.571).

Os imigrantes que se dirigiram para o Rio Grande do Sul foram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem alimentos necessários ao consumo interno. Estas colônias localizaram-se próximas de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica. Recebiam terras do governo imperial, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura e à suinocultura. (DACANAL, 1992, p. 21).

A colonização oficial encontraria êxito em áreas onde a ausência da grande lavoura propiciava a formação da pequena propriedade. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul no século XIX. Propunha-se o governo, com esta realização, alcançar objetivos bem específicos, sendo que a política colonizadora apresentava características como:

1º) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento;

2º) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas;

3º) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar (DACANAL, 1992, p.22).

A Região Noroeste do Rio Grande do Sul apresenta características inerentes às das zonas de colonização, com o domínio da pequena propriedade rural e da policultura de vários produtos destinados à subsistência familiar e ao abastecimento do mercado interno, além de adquirir importância o desenvolvimento da lavoura de caráter comercial, dada pela produção de trigo, milho e soja, principalmente.

A Região Noroeste faz parte da área mais recentemente ocupada no Estado do Rio Grande do Sul, por colonizadores e, principalmente, por descendentes de antigos colonos de origem européia. Possui uma elevada densidade demográfica (média de 45 hab/Km²), atribuída à forte influência da atividade rural no processo de desenvolvimento. As atividades relacionadas à agricultura contribuíram para a formação de grandes contingentes populacionais e a existência de numerosos povoados nessa porção, contrasta com as áreas meridionais onde a atividade econômica baseia-se na pecuária e apresenta uma densidade demográfica significativamente inferior.

A história da ocupação do Rio Grande do Sul proporcionou o surgimento de dois tipos característicos, que passaram a representar formas de vida e de atividade distintas. Embora em grau menos intenso, essa "fronteira" perpetua-se ao longo do tempo.

A primeira formada pelos fazendeiros/estancieiros radicados no Estado em grandes áreas de campos naturais (herança do sistema de sesmarias), foi o primeiro segmento produtivo que participou na formação social e econômica em nível estadual. Estabelecidos na porção meridional do Rio Grande do Sul, sua base econômica era calcada na pecuária.

O segundo tipo, o colono, chegou cerca de cem anos mais tarde, como resultado do processo migratório europeu (basicamente composto por alemães, em 1824 e italianos, em 1875). Estabeleceram-se, primeiramente, em pequenas propriedades da Encosta da Serra, e dedicaram-se à policultura, com o objetivo primeiro da manutenção de uma economia de subsistência. Portanto, a consolidação da pequena propriedade deve-se, sobretudo, à imigração estrangeira.

De acordo com Paul Singer (1977, p.159), a agricultura colonial obteve um padrão evolutivo composto pelas seguintes fases:

1º) desmatamento e agricultura de subsistência;

- 2º) expansão agrícola e exportação de excedentes;
- 3º) especialização agrícola com objetivos de comercialização, o que proporcionou uma diversificação geográfica da produção agrícola.

No último decênio do século XIX e início do atual, não havendo mais terras à venda na região da Encosta da Serra, ponto principal de instalação dos imigrantes, iniciou-se a colonização na porção norte do estado. Era esperado, entretanto, que também “estas terras em pouco tempo estariam povoadas pelos novos migrantes e os descendentes das antigas colônias da Encosta da Serra, enquanto continuavam a aportar para o Brasil sempre mais imigrantes” (BONI, 1984, p.66).

A fundação das primeiras colônias na Região Norte do Rio Grande do Sul, somente a partir de 1890, a caracteriza como a área de ocupação mais recente do Estado. Nesta região, comumente chamada de “colônias novas”, o povoamento e ocupação se consolidaram, principalmente graças à migração de descendentes de agricultores das antigas colônias da Encosta da Serra. Esses, representados por descendentes de alemães e italianos, extravasaram para além da antiga região colonial em ritmo cada vez maior, uma vez que essas áreas já se encontravam inteiramente ocupadas.

O pioneirismo dos colonos transformou até as áreas mais longínquas em atividades rentáveis e o seu trabalho, portanto, foi recompensado pela valorização das terras.

Com as colônias da porção Noroeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente com os municípios de Santa Rosa e Três Passos desaparece a última faixa florestal, cessando o processo migratório no Estado. Hoje, de um modo geral, todas as antigas matas dessa região estão retalhadas em pequenas propriedades e, como lembra Bernardes (1952), isso foi realizado em menos de um século.

Como pode ser observado na figura 2, nas últimas colônias ocupadas no RS, prepondera um povoamento misto. Contudo, encontram-se repetidamente manchas de concentração formada espontaneamente ora de alemães, ora de italianos, ora de poloneses. Assim, fica impossível dissociar a paisagem cultural em terras florestais, da presença do imigrante europeu. As zonas coloniais constituem áreas compactas e homogêneas onde:

“são semelhantes os fundamentos dos modos de aproveitamento da terra, a organização fundiária, o regime de exploração das propriedades, o habitat rural, as paisagens urbanas, o sistema de caminhos e, o que é muito importante, a uniformidade étnica segundo áreas determinadas. As diferenças existentes decorrem sobretudo das eventuais especializações econômicas dos sistemas agrícolas empregados e, em consequência, do estágio sócio-econômico” (IBGE, 1977, p.162).

A consolidação do povoamento faz-se nas regiões agrícolas, pois é conhecido que a agricultura, principalmente a que não utiliza intensivamente máquinas, requer um maior emprego de trabalho braçal. O expressivo número de membros das famílias dos colonos sempre representou um meio fácil de obter a mão-de-obra necessária para as inúmeras tarefas da propriedade, quando esta se desenvolve em moldes tradicionais de produção.

A Região Noroeste do Rio Grande do Sul caracteriza-se por apresentar parcela significativa da população residente na área rural. Em 1970, apenas os municípios de Ijuí e Santa Rosa possuíam população urbana mais expressiva que a rural. Já em 1996, onze municípios apresentavam-se com a população urbana maior que a rural. São os considerados pólos-regionais, onde adquirem importância as atividades extra-

agricultura. Estas estão ligadas basicamente ao setor industrial, sem perder o vínculo com o setor agrário. Merecem destaque municípios como Horizontina e Panambi, que possuem o setor industrial voltado a abastecer as atividades ligadas à agricultura, através da venda de máquinas e equipamentos agrícolas.

Os municípios, cuja base econômica fundamenta-se na produção agropecuária, possuem sua população dispersa pelo meio rural, e sua relação com os centros urbanos dá-se, principalmente, via comércio, através: da compra dos artigos essenciais para o consumo e da venda de produtos agrícolas ou animais.

Na Região Noroeste, praticamente todas as cidades e vilas que se formaram e prosperaram pela criação de núcleos coloniais possuem pequenas dimensões. Em vista disso, há um grande número de pequenos centros em praticamente todas as zonas agrícolas, densamente povoados, em concordância com o desenvolvimento da agricultura, criadora de ligações comerciais, sociais e, mais tarde, industriais, que constituíram o embrião de numerosos núcleos urbanos (IBGE, 1977, p.60).

A ocupação da Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi, economicamente, viabilizada pela pequena propriedade, que ainda hoje proporciona o desenvolvimento da agricultura local. Proprietário de pequenas áreas, o agricultor, com o auxílio da mão-de-obra familiar, produz alimentos, matérias-primas de transformação industrial e grande parte participa - principalmente com a cultura da soja - do mercado externo. Ainda assim, essas áreas apresentam baixo rendimento econômico e a maioria das famílias vive em condições desfavoráveis.

A pequena propriedade, em termos de disponibilidade de área, e o elevado número de pessoas por família obrigam a uma intensa exploração do solo, o que provoca um rápido esgotamento de sua fertilidade natural. Soma-se a estes fatores a intermediação comercial desfavorável em relação aos pequenos proprietários, praticamente isolando-os dos estímulos do mercado.

Mesmo mantendo a propriedade da terra, o colono vê-se, desta forma, submetido cada vez mais ao capital comercial. De acordo com Pesavento (1983, p.75), se for acrescentado a este processo o uso de uma técnica rudimentar e o crescente parcelamento do minifúndio familiar entre uma numerosa descendência, ter-se-á obtido o quadro completo da progressiva perda da produtividade da pequena propriedade e da crescente pauperização do colono imigrante. Paulatinamente proletariado, o pequeno produtor agrícola poucas oportunidades encontra para reinvestir capital em terra ou em tecnologia, para aumentar a produtividade.

Isto pode espelhar uma estagnação e mesmo um declínio da agricultura tradicional, já presente na década de cinquenta e agravado nas décadas posteriores. Neste contexto tem início, após a Segunda Guerra Mundial (mais acentuadamente no início da década de setenta), um processo de modernização da agricultura no norte do Rio Grande do Sul, proporcionando à organização da produção, novas feições e novas relações produtivas.

Os produtores rurais tendem a modernizar-se ou a especializar-se em alguma produção, à medida que assimilam tecnologias condizentes com as condições topográficas, com as dimensões de sua propriedade e com as possibilidades financeiras por eles e a eles apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Noroeste do Rio Grande do Sul diferencia-se do restante do estado, pois os produtos comerciais de maior significado em termos de área, na atualidade, evoluíram da agricultura colonial.

Os produtos, com finalidade primeira de suprir o abastecimento alimentar, tanto humano como animal, transformaram-se em produtos de caráter comercial, responsáveis (principalmente a cultura da soja) por reorganizar as características do meio rural na região, fortalecendo um grupo de agricultores, que investiram, ao longo do tempo nesta produção, e empobrecendo cada vez mais o outro grupo que, apesar da pouca quantidade de terra disponível, destina a maior parte para a produção de soja, com rendimentos relativamente inferiores.

Nas áreas com declividade mais acentuada, o esgotamento do solo acontece com maior intensidade, não somente pelas condições físicas que propiciam este desgaste através da erosão, mas por coincidir com a localização das pequenas propriedades, que sofrem uma super utilização por parte dos agricultores. Tal situação contribui para definir que a Região Noroeste do Rio grande do Sul, vem sofrendo um declínio, tanto nos aspectos de produção, como nas condições de vida dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, N. A colonização européia no sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 106, p. 88-102, 1952.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do RS**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 135p.
- BONI, L.A.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Correio Riograndense, 1984.
- BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. 317p.
- DACANAL, J.H. (Org). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. 280p.
- DENIS, P. A Colonização do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 99, p. 235-242, 1951.
- GOULART, J. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. 283p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: SERGRAF/ IBGE, 1977.
- LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- MORENO, R.J. Uso da terra, vegetação original e atual do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 15, p. 45-51, 1972.
- PEBAYLE, R. Geografia rural das colônias do Alto Uruguai (RS). **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n. 14, p. 12-19, 1971.
- PESAVENTO, S.J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 141p.
- RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o RS**. Porto Alegre: Globo, 1969. v.I e II

RÜCKERT, A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do RS-1927-1931. Passo Fundo: Editora UPF, 1997. 201p.

TAMBARA, E. **RS**: modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 95p.

VIEIRA, E.F. **Rio Grande do Sul**: geografia física e vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984. 156p.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 12, p. 159-222, 1949.

ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 207p.

Recebido em setembro de 2005

Revisado em outubro de 2005

Aceito em outubro de 2005